

EULER HERMES SEGUROS S.A.

CNPJ 04.573.811/0001-32



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em conformidade com as disposições legais, submetemos ao exame de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Euler Hermes Seguros S.A. ("Companhia") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas das notas explicativas, do relatório do auditor independente, do parecer dos auditores atuariais independentes e do relatório do comitê de auditoria. A Companhia, subsidiária integral do Grupo Allianz desde 2018, comercializa seus produtos e serviços utilizando a marca "Allianz Trade", reforçando ainda mais a robustez e a reputação junto ao mercado segurador brasileiro. O volume de negócios da Companhia atingiu R\$ 249,3 milhões em prêmios ganhos no exercício, 4% superior aos R\$ 238,8 milhões auferidos no mesmo período do ano anterior. A Companhia implementou iniciativas com foco em geração de novos negócios e retenção de seus clientes, tais como: (i) desenvolvimento de novos produtos, (ii) reforço da marca e de canais de distribuição e (iii) proximidade contínua dos clientes e corretores, oferecendo soluções diferenciadas e serviços de alto nível. Em 2024, a Companhia registrou alto volume de sinistros decorrente, substancialmente, de uma única perda proveniente da recuperação judicial de uma empresa do setor de

agronegócio, que impactou o mercado de seguros de crédito como um todo. No entanto, dada a estrutura robusta de resseguro mantida pela Companhia, as perdas líquidas geradas pelo referido sinistro ficaram na ordem de R\$ 1,9 milhões. Por outro lado, a boa performance comercial, a recuperação de sinistros ocorridos durante o ano anterior, a gestão rígida sobre custos e despesas, com melhorias contínuas em termos de eficiência e produtividade, e a manutenção da taxa de juros (SELIC) em patamares altos, que impactou positivamente a carteira de investimentos da Companhia, contribuíram para o atingimento do resultado acima do esperado para o exercício. Em consequência, o lucro líquido do exercício no valor de R\$ 15,5 milhões teve um incremento de 76% quando comparado aos R\$ 8,8 milhões alcançados no exercício anterior. A Companhia permanece focada em sua estratégia de crescimento e desenvolvimento no mercado segurador brasileiro, oferecendo novas soluções ao setor por meio de produtos e iniciativas digitais, bem como buscando maior proximidade com clientes e corretores. A Seguradora adota política rígida de aceitação de riscos (*underwriting*), envidando seus esforços na manutenção e no monitoramento da exposição de riscos, com o intuito de proteger seus segurados e a

própria solvência. A Companhia segue política conservadora e prudente para os seus investimentos, alinhada aos preceitos regulatórios. As políticas de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos seguem as diretrizes advindas do acionista, que determinam a alocação do lucro no próprio negócio. De acordo com o estatuto, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício. A Companhia monitora constantemente o nível de seu patrimônio líquido com vistas a garantir a manutenção do capital mínimo requerido. A Seguradora também apoia a iniciativa de colaboradores do Grupo Allianz que mantém associação benéfica visando proporcionar oportunidades de crescimento pessoal e social a crianças e adolescentes em condições de baixa renda. Agradecemos a confiança de nossos acionistas, a parceria estabelecida com corretores, prestadores e resseguradores, a atenção e orientação prestadas pelos reguladores e, a dedicação, o profissionalismo e o comprometimento de nossos colaboradores.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2025. **A ADMINISTRAÇÃO**

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2024		31/12/2023		Passivo	Nota explicativa	31/12/2024		31/12/2023	
Circulante		675.826	578.964			Circulante		680.578	598.723		
Disponível		9.716	13.491			Contas a pagar		24.332	12.884		
Caixa e bancos		9.716	13.491			Obrigações a pagar		12.255	3.981		
Aplicações	5	90.346	116.465			Impostos e encargos sociais a recolher		8.373	6.552		
Créditos das operações com seguros e resseguros		308.932	220.030			Encargos trabalhistas		1.924	1.746		
Prêmios a receber	6	242.440	207.478			Impostos e contribuições	14(b)	1.780	605		
Operações com seguradoras		1.018	1.673			Débitos de operações com seguros e resseguros		288.353	258.041		
Operações com resseguradoras	7	65.195	10.879			Premios a restituir		320	319		
Outros créditos operacionais		279	-			Operações com seguradoras		5.053	6.726		
Ativos de resseguro - provisões técnicas	7 e 12(a)	231.750	210.089			Operações com resseguradoras	10(a)	249.551	218.919		
Títulos e créditos a receber		504	489			Corretores de seguros	10(b)	33.429	32.057		
Títulos e créditos a receber		29	30			Outros débitos operacionais		-	20		
Créditos tributários e previdenciários		415	407			Depósitos de terceiros	11	915	185		
Outros créditos		60	52			Provisões técnicas - seguros		366.599	327.240		
Outros valores e bens		2	-			Danos	12(b)	366.599	327.240		
Despesas antecipadas		48	38			Outros débitos		379	373		
Custos de aquisição diferidos		34.528	18.362			Arrendamentos	13(a)	379	373		
Seguros	8	34.528	18.362			Passivo não circulante		105.605	90.598		
Ativo não circulante		177.395	165.573			Contas a pagar		200	859		
Realizável a longo prazo		176.350	164.905			Tributos diferidos		99	172		
Aplicações	5	83.884	60.751			Obrigações a pagar		101	687		
Créditos das operações com seguros e resseguros		18.625	32.850			Débitos de operações com seguros e resseguros		12.603	13.990		
Prêmios a receber	6	18.199	32.144			Operações com seguradoras		1.904	4.103		
Operações com seguradoras		426	706			Operações com resseguradoras	10(a)	7.235	5.280		
Ativos de resseguro - provisões técnicas	7 e 12(a)	61.002	50.911			Corretores de seguros	10(b)	3.464	4.607		
Títulos e créditos a receber		82	28			Provisões técnicas - seguros		92.212	74.413		
Créditos tributários e previdenciários		82	28			Danos	12(b)	92.212	74.413		
Outros valores e bens	13(a)	1.054	1.728			Outros débitos		590	1.336		
Custos de aquisição diferidos		11.703	18.637			Arrendamentos	13(a)	590	1.336		
Seguros	8	11.703	18.637			Patrimônio líquido	15(e)	67.038	55.216		
Imobilizado		500	455			Capital social	15(a)	58.445	58.445		
Bens móveis	9(a.1)	500	455			Reservas de lucro	15(d)	8.409	-		
Intangível		545	213			Ajustes com títulos e valores mobiliários		184	218		
Sistemas em desenvolvimento	9(a.2)	545	213			Lucros/(Prejuízos) acumulados		-	(3.447)		
Total do ativo		853.221	744.537			Total do passivo e patrimônio líquido		853.221	744.537		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2024		31/12/2023	
Prêmios emitidos líquidos	17(a)	308.162	309.739		
Variação das provisões técnicas	17(b)	(58.873)	(70.988)		
Prêmios ganhos		249.289	238.751		
Sinistros ocorridos	17(c)	(137.411)	(224.284)		
Custo de aquisição	17(d)	(32.478)	(28.660)		
Outras despesas e receitas operacionais	17(e)	(89)	(782)		
Resultado com resseguro		(24.345)	56.511		
Receita com resseguro	17(f)	143.453	190.540		
Despesa com resseguro	17(g)	(167.798)	(134.029)		
Despesas administrativas	17(h)	(42.976)	(29.792)		
Despesas com tributos	17(i)	(8.203)	(5.221)		
Resultado financeiro	17(j) e (k)	21.523	11.541		
Resultado operacional		25.310	18.064		
Resultado antes das participações		25.310	18.064		
Ganhos e perdas com ativos não correntes		(147)	23		
Resultado antes dos impostos e participações		25.163	18.087		
Imposto de renda	14(c)	(4.977)	(4.975)		
Contribuição social	14(c)	(3.049)	(3.000)		
Participações sobre o resultado		(1.588)	(1.299)		
Lucro líquido do exercício		15.549	8.813		
Quantidade de ações no final do exercício		126.872.645	126.872.645		
Lucro por ação		0,12	0,07		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	31/12/2024		31/12/2023	
Lucro líquido do exercício	15.549	8.813		
Variação do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	(300)	(36)		
Efeitos tributários	126	14		
Resultados abrangentes atribuíveis aos acionistas controladores	15.375	8.791		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	31/12/2024		31/12/2023	
Atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	15.549	8.813		
Ajustes por:				
Depreciações e amortizações	275	291		
Variação monetária / cambial	(458)	303		
Redução do valor recuperável de ativos	148	(770)		
(Ativo) / Passivo fiscal diferido - ajuste ao vlr. mercado	18	145		
Variação nas contas patrimoniais:				
Aplicações	2.985	(82.336)		
Créditos das operações de seguros e resseguros	(74.675)	(74.490)		
Ativos de resseguro	(31.752)	(112.145)		
Créditos tributários e previdenciários	(63)	(42)		
Despesas antecipadas	(10)	2		
Custos de aquisição diferidos	(9.232)	(14.574)		
Outros ativos	665	(1.217)		
Fornecedores e outras contas a pagar	4.102	3.966		
Impostos e contribuições	8.533	5.903		
Impostos e encargos sociais a recolher	1.821	1.198		
Débitos de operações com seguros e resseguros	28.924	103.775		
Depósitos de terceiros	730	(88)		
Provisões técnicas - seguros e resseguros	57.157	163.204		
Caixa gerado/(consumido) gerado pelas operações	4.717	1.938		
Impostos de Renda e Contribuição Social Sobre Lucro pagos	(6.800)	(5.810)		
Caixa gerado/(consumido) pelas atividades operacionais	(2.091)	(3.872)		
Atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado e intangível	(652)	(427)		
Baixa/Alienação de imobilizado e intangível	-	-		
Caixa gerado/(consumido) pelas atividades de investimento	(652)	(427)		
Atividades de financiamento				
Pagamento de passivo de arrendamento	(740)	(453)		
Caixa gerado/(consumido) pelas atividades de financiamento	(740)	(453)		
Aumento/ (Redução) líquido de caixa e equivalente de caixa no exercício	(3.483)	(4.752)		
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	13.491	19.018		
Efeito de variação cambial sobre conta corrente em moeda estrangeira	(292)	(775)		
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	9.716	13.491		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Euler Hermes Seguros S.A. ("Companhia") é uma sociedade de capital fechado, controlada no Brasil pela Euler Hermes Serviços de Gestão de Riscos Ltda. A estrutura societária do Brasil está sob responsabilidade da Euler Hermes *Luxembourg Holding S.A.R.L.*, situada em Luxemburgo, que, por sua vez, é detida 55,22% pela Euler Hermes S.A., entidade localizada na Bélgica, e 44,78% pela Euler Hermes *North America Holding, Inc.*, situada nos Estados Unidos, subsidiárias integrais da Euler Hermes Group SAS (França). A Euler Hermes é líder mundial no segmento de seguros de crédito, sendo subsidiária integral do Grupo Allianz, um dos maiores grupos seguradores do mundo. Seu controlador é a última instância é a Allianz SE, situada na Alemanha. A partir de 28 de março de 2022, como parte da estratégia global de desenvolvimento, a Companhia, subsidiária integral do Grupo Allianz desde 2018, passou a comercializar seus produtos e serviços utilizando a marca "Allianz Trade", reforçando ainda mais a força e a reputação junto ao mercado segurador brasileiro. A Companhia, com sede em São Paulo, situada à Rua Eugênio de Medeiros, 303 - 4º andar, atua em todo o território nacional, oferecendo cobertura para os ramos de seguros de crédito, doméstico e à exportação, e garantia pública e privada.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil estabelecidas pela Lei nº 6.404/76 em conjunto com as normas aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados pela SUSEP. A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, portanto, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base nesse princípio. Na elaboração das demonstrações financeiras foi observado o modelo de publicação da Circular SUSEP nº 648/2021 e posteriores alterações, em conjunto com as orientações contidas no Manual de Práticas e Procedimentos Contábeis ao Mercado Segurador, sendo apresentadas segundo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 (R1), além das instruções contidas na Resolução CNSP nº 432/2021 e posteriores alterações, com as disposições previstas para as provisões técnicas, capitais de risco, patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido, em conjunto com o Manual de Orientações Sobre Provisões Técnicas e o Manual de Orientações Sobre Redutores da Necessidade de Cobertura das Provisões Técnicas por Ativos Garantidores. **b) Base para mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas sob o regime de competência. Os registros estão mensurados de acordo com o custo amortizado, com exceção dos ativos financeiros que são mensurados ao valor justo para as categorias "valor justo por meio do resultado" e "valor justo por meio do resultado abrangente". **c) Moeda funcional:** A moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera, utilizada na preparação das demonstrações financeiras, é o Real. Exceto quando mencionado, os valores estão apresentados em milhares de reais (R\$(000)), arredondados pela casa decimal mais próxima. **d) Estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) as informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) as informações sobre as incertezas de premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. • Nota 5 - Aplicações (mensuração ao valor justo); • Nota 6 - Prêmios a receber (redução ao valor recuperável); • Nota 12 - Provisões técnicas - seguros.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

(a) Contratos de seguros: A Administração avaliou que suas operações atendem todas as características de "Contratos de Seguros", de acordo com as determinações previstas no CPC 11 - Contratos de Seguros. As operações de cosseguros aceitos e resseguros também se enquadram na característica de um "Contrato de Seguro", pois se tratam de transferências de riscos de seguro significativo e, portanto, são reconhecidas pelos mesmos critérios das operações de seguros. Os resseguros são contratados com vistas a assegurar o cumprimento do limite de retenção da Companhia e a mitigar perdas expressivas, compartilhando e diversificando o risco abrangido pelo contrato de seguro. Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de seguros são apresentados brutos de resseguro e líquidos de cosseguro, segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que os contratos de cosseguro e resseguro não eximem a Companhia de honrar suas obrigações perante os segurados. Os prêmios de seguros, os prêmios de cosseguros aceitos e cedidos, os prêmios de resseguros cedidos, e os respectivos custos de aquisição são registrados por ocasião da emissão das apólices e reconhecidos no resultado no transcorrer da vigência do

período de cobertura do risco, por meio da constituição da provisão de prêmios não ganhos e do diferimento dos custos de aquisição. Os contratos de resseguro não proporcionais (excesso de danos) são registrados no momento da aceitação do risco por parte do ressegurador e o respectivo prêmio é reconhecido no resultado no decorrer do período de cobertura dos riscos abrangidos pelo referido contrato de resseguro. As operações contratadas, cujo período de risco está em curso, mas cujas apólices ainda não foram emitidas (riscos vigentes mas não emitidos), são registradas por estimativa e segundo critérios descritos no item (i) abaixo: **(b) Caixa e equivalentes de caixa:** Representam numerário disponível em caixa e em contas correntes. Esses ativos apresentam risco insignificante de mudança do valor justo. São monitorados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos no curto prazo e estão representados pela rubrica "Caixa e bancos". **(c) Instrumentos financeiros:** Compreendem, principalmente, aplicações financeiras e créditos das operações com seguros, cosseguros e resseguros. De acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, adotado a partir de 1º de janeiro de 2024 conforme determinado pela Circular SUSEP nº 678 de outubro de 2022, as classificações dos ativos compreendem: **i. Mensurados ao custo amortizado:** O ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ambas condições forem atendidas: (a) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (b) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. **ii. Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se as seguintes condições

continuação

empresário do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. **(h) Provisão para imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda (IRPJ) é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável e, quando aplicável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável que ultrapassar R\$ 240/ano. A provisão para a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é de 15%, conforme Lei 14.183/2021. **(i) Provisões técnicas:** A Companhia constitui suas provisões técnicas em conformidade com as determinações da Resolução CNSP nº 432/2021 e alterações posteriores e da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores. **• Provisão de prêmios não ganhos - PPNG:** Constituída pelas parcelas de prêmio direto e cosseguro aceito correspondente ao período de risco a decorrer, calculado em bases *pro rata* dia, e inclui estimativa dos riscos vigentes mas não emitidos (RVNE), bem como variação cambial para riscos emitidos em moeda estrangeira, decorrente da flutuação da taxa de câmbio entre a data da emissão do risco e a data de levantamento das demonstrações financeiras. A parcela relativa a RVNE é constituída para fazer frente a riscos provenientes de apólices que, por questões operacionais, ainda não foram formalmente emitidas mas já possuem riscos cobertos pela Companhia. A provisão é mensurada com base em método atuarial que visa a construção de triângulos de desenvolvimento de prêmios, entre as datas de início de vigência dos riscos e de emissão da apólice/endorosso. Os valores são alocados aos ramos contábeis, conforme critério definido em Nota Técnica Atuarial (NTA). **• Provisão de sinistros a liquidar (PSL):** Constituída por estimativa de pagamentos prováveis, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do levantamento das demonstrações financeiras. Contempla estimativas para demandas judiciais, registradas segundo política interna, que determina a contabilização de um percentual do valor reclamado em razão da expectativa de perda da causa (Provável: 100%; Possível: 50% e Remoto: 0%), suportado pela opinião dos assessores jurídicos externos da Companhia. Além disso, contempla variação cambial para riscos emitidos em moeda estrangeira e considera estimativas para sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER), apurado pela estimativa da evolução ou desenvolvimento de sinistros avisados e ainda não liquidados, calculado por meio da metodologia de desenvolvimento de sinistros incorridos, utilizando o modelo matemático "triângulo de *run-off*" considerando o período histórico de 24 meses agrupados por trimestres. Os sinistros avisados expostos em moeda estrangeira incluem também a respectiva variação cambial gerada pela flutuação da taxa de câmbio entre a data de registro do sinistro e a data base das demonstrações financeiras. **• Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR):** Constituída para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que ainda não tenham sido avisados. Abrange também estimativas para IBNER. Para os ramos de crédito, o cálculo é realizado com base no método de desenvolvimento de sinistros incorridos que visa estimar os sinistros finais, ou seja, o total de sinistros esperados para um determinado período de ocorrência. Para o cálculo, utilizamos modelo matemático "triângulo de *run-off*" considerando o período histórico de 72 trimestres. O cálculo para os ramos de garantia leva em consideração o método de sinistralidade inicial esperada e o método de Bornhuetter-Ferguson, obtidos com base em dados de sinistros anuais disponibilizados pela SUSEP para o respectivo ramo, padrão de sinistros incorridos dos ramos de crédito e permissões de sinistralidade utilizadas para precificação contidas em nota técnica de carteira do produto. **• Provisão de despesas relacionadas (PDR):** Estabelecida para cobrir despesas esperadas relacionadas a sinistros. Estimada com base na razão histórica entre as despesas diretamente relacionadas aos pagamentos de sinistros e os pagamentos de sinistros líquidos destas despesas para todo o período de experiência disponível. O percentual apurado é aplicado sobre a provisão de sinistros a liquidar e sobre a provisão de sinistros ocorridos mas não avisados. **• Teste de adequação de passivos - TAP:** Conforme requerido pelo CPC 11, na data do levantamento das demonstrações financeiras deve ser elaborado o teste de adequação de passivos para todos os contratos em curso na data da execução do teste. Realizado de acordo com a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, esse teste visa avaliar a necessidade de eventuais ajustes nas provisões técnicas constituídas nas demonstrações financeiras. Caso haja diferença positiva entre o resultado do TAP e as provisões técnicas constituídas, líquidas dos custos de aquisição diferidos e de ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros, tal diferença deverá ser reconhecida nas demonstrações financeiras. A metodologia utilizada compara o valor presente dos passivos atuariais com as provisões técnicas correspondentes a esses passivos para os ramos de crédito interno, crédito à exportação e garantia. Foram adotadas as premissas de sinistros ainda não pagos, sinistros a ocorrer, despesas administrativas, outras receitas e despesas diretamente relacionadas ao contrato, outras receitas e despesas operacionais e ressarcimentos. Os fluxos de caixa em valores nominais foram descontados a valor presente com base na estrutura a termo de taxa de juros livre de risco (ETTJ) definidas pela SUSEP. Quando o indexador da obrigação é o dólar americano, a curva de juros adotada é a cambial. Os resultados dos testes de adequação realizado para as datas-bases de 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 não apresentaram necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos de seguros já registrados nas datas-bases. **(j) Provisões judiciais (não relacionadas a sinistros):** São constituídas provisões pelo valor estimado dos pagamentos a serem realizados em relação as ações judiciais em curso, cuja probabilidade de perda é considerada provável. Ações judiciais classificadas como possível, embora não sejam registradas, serão divulgadas nas demonstrações financeiras. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo. As contingências passivas são avaliadas pela Administração de forma individualizada, em conjunto com seus assessores jurídicos externos. **(k) Benefícios aos empregados:** As obrigações com benefícios de curto prazo para empregados são mensuradas em bases sem desconto e são lançadas como despesa a medida que o serviço inerente ao benefício é prestado. A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores mantido junto à Mapfre Previdência S.A., na modalidade de contribuição definida. O montante reconhecido como despesa nos planos de contribuição definida para funcionários totalizou R\$ 402 (R\$ 237 em dezembro de 2023). A Companhia não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações. **3.1. Nova norma internacional:** O seguinte normativo já foi divulgado pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC), mas ainda não é aplicável para o exercício de 2024, tendo em vista que a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) ainda não o recepcionou: **• IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguro:** O IASB emitiu a IFRS 17, em substituição à IFRS 4 - Contratos de Seguros, que estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração e evidenciação de contratos de seguros dentro do escopo da norma. O objetivo da IFRS 17 é garantir que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguro têm na posição financeira da entidade, desempenho financeiro e fluxos de caixa. O respectivo CPC ainda não foi recepcionado pela SUSEP. A Companhia está avaliando junto ao Grupo os possíveis impactos em sua operação. **3.2. Normativos relativos a tributos:** Em dezembro de 2023, foi aprovada a Reforma Tributária, através da Emenda Constitucional nº 132/2023. A emenda altera, substancialmente, a atual forma de tributação de bens e serviços, substituindo os atuais tributos indiretos pela sistemática do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) na modalidade dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), além da criação de um imposto seletivo (IS). Ainda estão em andamento discussões e pendência de aprovação de leis complementares. A Companhia acompanha a matéria e também participa da Comissão de Assuntos Fiscais (CAFIS) na Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (Cnseg).

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia, subsidiária integral do Grupo Allianz, estrutura seu gerenciamento de riscos corporativos promovendo e disseminando uma cultura interna voltada à gestão eficiente desses riscos. Tal prática visa proteger a base de capital do Grupo e identificar riscos potenciais, que auxiliam na gestão estratégica e no suporte à tomada de decisões. O processo de gerenciamento de riscos está apoiado em uma robusta estrutura de controles internos, auditoria interna e *compliance*, abrangendo todas as áreas e níveis organizacionais. No Brasil, a Companhia atua exclusivamente nos segmentos de crédito e garantia, conduzindo sua gestão de riscos com ênfase nas características específicas desses produtos. No contexto de governança corporativa, o gerenciamento de riscos da Companhia está amparado nos seguintes pilares: (i) **estrutura de gestão de riscos:** desenvolvida em conformidade com os padrões globais do Grupo Allianz e com os requisitos exigidos pela Resolução CNSP nº 416/2021, portanto, compatível com a natureza, o porte, a complexidade, o perfil de risco e o modelo de negócio da Companhia. Esta estrutura é liderada pela Diretoria de Controles Internos, que compreende as áreas de Controles Internos, Riscos e *Compliance*, garantindo maior independência e a integração robusta do sistema de gestão de riscos. Esta estrutura atua como a "segunda linha de defesa", assegurando a gestão dentro do apetite de riscos definido pela alta Administração e pelo seus acionistas. A estrutura de gestão de riscos, por meio de um conjunto integrado de metodologias e ferramentas, permite identificar e avaliar eventuais riscos aos quais a Companhia está exposta, especialmente aqueles que possam exceder os níveis de tolerância definidos, além de mapear e definir seu perfil de riscos; (ii) **formalização de normas e políticas internas:** diretrizes que alinham as práticas da Companhia aos processos e procedimentos definidos pelo Grupo, bem como aos requerimentos legais aplicáveis; (iii) **treinamentos de colaboradores:** iniciativas focadas no engajamento e na adesão às práticas corporativas e regulamentares, promovendo a conformidade e a cultura de risco dentro da organização; (iv) **análise e monitoramento contínuo:** revisões constantes das práticas vigentes, visando acompanhar as tendências de mercado e assegurar a efetividade e a manutenção do gerenciamento de riscos adotado e, (v) **constituição de comitês especializados:** estruturas formalizadas com objetivos e responsabilidades claramente definidos, conforme detalhados a seguir: **a) Comitê de gestão:** Formado pela Diretoria local, reúne-se semanalmente para discutir assuntos relevantes em andamento relativos à estratégia de atuação, evolução e resultados, conformidade com políticas e *guidelines* definidos pela Companhia e pelo Grupo, e ações necessárias para manutenção de regras e procedimentos. **b) Comitê de risco de crédito:** Com periodicidade mensal, os integrantes do departamento de risco de crédito reúnem-se com os principais executivos da Região Américas para analisar e validar critérios de subscrição de riscos de crédito alinhados às políticas da Companhia. Nesse comitê são discutidos critérios utilizados no estabelecimento de crédito aos compradores elencados nas apólices de seguros de crédito e garantia, com o objetivo de garantir que tais critérios estejam estritamente alinhados às políticas e diretrizes (*guidelines*) estabelecidas pela Companhia. **c) Comitê regional de Governança de Riscos:** O Comitê Regional de Governança de Riscos reúne-se trimestralmente e conta com a participação dos principais executivos da Região das Américas, incluindo representantes das áreas de Risco do Grupo e da Região Américas. O objetivo deste comitê é abordar, discutir e monitorar questões relacionadas à governança de riscos corporativos, garantindo alinhamento com as diretrizes globais e regionais. Esse fórum estratégico assegura uma análise abrangente e a implementação de medidas eficazes para a mitigação de riscos que possam impactar a operação da Companhia. **d) Comitê de Sinistros:** O Comitê de Sinistros monitora e analisa os casos de sinistros em andamento, além de supervisionar o progresso das cobranças ativas e avalia os impactos dessas ocorrências nos resultado financeiro da Companhia. O comitê tem como foco principal discutir as tendências de variação na sinistralidade, examinar sinistros que ultrapassam o comportamento esperado e desenvolver estratégias para mitigar o risco de recorrência desses eventos. Com reuniões realizadas mensalmente, o comitê é composto por representantes das áreas de Sinistros, Finanças, Subscrição de Crédito e Atuarial, garantindo uma abordagem multidisciplinar na gestão e resolução desses casos. **e) Comitê de Administração:** Composto por vice-presidentes responsáveis pela Região Américas e representantes dos acionistas que, em conjunto com a diretoria local, reúnem-se, semestralmente, para discutir estratégias do Grupo e assuntos relevantes de gerenciamento de riscos do negócio. **Principais riscos monitorados pela Companhia:** **a) Risco de seguro/subscrição:** Caracterizado pela incerteza do evento de segurado (sinistro) é gerenciado por meio de políticas rigorosas de subscrição comercial e de risco. Ambas estão amparadas por rígidas estruturas cujos guides são fornecidos e praticados pelo Grupo em escala global. O Grupo mantém um banco de dados contendo informações de mais de 40 milhões de empresas registradas globalmente que constitui a base para aplicação e cumprimento das políticas de subscrição de riscos. A compilação desses dados fornece uma análise detalhada da situação financeira da empresa analisada e, em conjunto com o cenário macroeconômico do setor de atuação, permite a subscrição de riscos comerciais e de crédito com elevados níveis de segurança. A subscrição comercial é conduzida com base em políticas operacionais e processos baseados em modelos próprios que consideram características específicas dos seguros de crédito e garantia, além de experiências históricas e premissas atuariais. **Análise de sensibilidade:** avalia os principais impactos que podem ser gerados sobre o resultado e o patrimônio líquido da Companhia em cenários de variações favoráveis ou desfavoráveis em premissas e variáveis observadas nos contratos de seguros e de investimentos da Companhia, considerando a característica e o perfil desses contratos. Testes de sensibilidade requerem avaliações e projeções subjetivas que, mesmo amparadas por dados históricos e de mercado, possuem limitações nos resultados obtidos. O teste de sensibilidade levou em consideração a realização de estresses nos percentuais de acréscimo ou diminuição na ordem de 25% e 50% sobre os sinistros ocorridos no exercício, com o objetivo de verificar o impacto, líquido de efeitos fiscais, no resultado e no patrimônio líquido da Companhia. Para fins de cálculo, foram excluídos os efeitos do sinistro de grande porte do agropecuário nacional que afetou o resultado de 2024 da Allianz Trade. Esse sinistro é classificado como um evento aleatório atípico em relação ao padrão regular de sinistros registrados nos últimos anos. Consequentemente, seu impacto no cálculo de sensibilidade não refletiria adequadamente a realidade avaliada por meio do teste.

Variável	Bruto de Resseguro		Líquido de Resseguro	
	25%	50%	25%	50%
Sinistros	(20.331)	(40.662)	(906)	(1.813)

Política de resseguro: A Companhia tem formalizado uma política de transferência de riscos, conforme previsto pela Resolução CNSP nº 451/2022, em que a cessão de riscos por intermédio de resseguro contempla, substancialmente, os riscos vigentes da carteira de seguro de crédito e garantia da Companhia, que está ressegurada com o ressegurador local Allianz Global Corporate & Speciality Resseguros Brasil S.A. (AGCS) por meio de contratos automáticos de quota parte e excesso de danos. O *run off* de negócios emitidos com início de vigência anterior a 30 de junho de 2013 está sob cobertura do IRB Brasil Re S.A.. Os contratos vigentes para os ramos de crédito com a AGCS, definem cessão de 50% para negócios gerados localmente (75% para ano de subscrição 2018 e anteriores) e 95% para negócios globais. O contrato automático de excesso de danos visa proteger a exposição da carteira contra eventuais sinistros vultosos, garantindo a cobertura quando a participação proporcional da Companhia sobre uma perda exceder o seu limite de retenção. Os riscos vigentes das apólices do ramo garantia estão ressegurados 60% com o ressegurador eventual Euler Hermes North America Insurance Company e 40% com o ressegurador local AGCS na modalidade quota parte. Os riscos cedidos do ramo garantia podem variar de 90% a 100%, de acordo com faixa do montante de exposição de cada tomador do seguro. Os dados históricos de relacionamento com os resseguradores citados não apresentaram estatística de inadimplência ao longo da vigência dos contratos. Contratos de resseguros e discriminação do ressegurador:

Contratos proporcionais - Quota parte

Ressegurador	Classe	Ramo	Categoria (<i>rating</i>)
AGCS Resseguros Brasil S.A.	Local	Crédito doméstico	A. M. Best "A+"
AGCS Resseguros Brasil S.A.	Local	Crédito à exportação	A. M. Best "A+"
AGCS Resseguros Brasil S.A.	Local	Garantia	A. M. Best "A+"
Euler Hermes North America Insurance Company	Eventual	Garantia	S&P "AA"

Contratos não proporcionais - Excesso de danos

Ressegurador	Classe	Ramo	Categoria (<i>rating</i>)	Prioridade	Limite máximo
AGCS Resseguros Brasil S.A.	Local	Crédito à exportação	A. M. Best "A+"	R\$ 1.834	R\$ 645.691
AGCS Resseguros Brasil S.A.	Local	Crédito doméstico	A. M. Best "A+"	R\$ 1.834	R\$ 645.691
AGCS Resseguros Brasil S.A.	Local	Garantia	A. M. Best "A+"	R\$ 1.834	R\$ 645.691

Concentração de riscos: Seguro de Crédito: o risco do seguro de crédito, analisado de maneira pura e conceitual, está localizado na carteira de clientes e na qualidade financeira-econômica da empresa que compra produtos ou serviços (buyer) de uma empresa detentora de apólice de seguro de crédito (segurado). Dessa forma, a carteira de clientes de cada segurado é nomeada pela Companhia e pode conter características específicas quando analisadas sob a ótica de concentração, sendo que, na perspectiva de risco, para os ramos de crédito doméstico e à exportação, o setor de atuação e o país dos compradores são os mais relevantes, respectivamente. Da mesma maneira, o crédito estabelecido para um determinado comprador pode ser dinâmico, sendo ampliado ou reduzido a qualquer momento, a medida que o monitoramento desse risco aponte uma tendência de aumento ou degradação da qualidade financeira-econômica desse comprador e respectivas carteiras de clientes. Para obter uma estimativa da concentração do risco inerente às apólices em curso do seguro de crédito, é apresentado a seguir os quadros com a exposição total dos limites de crédito ativos na data base do encerramento das demonstrações financeiras, segregados (i) pelos principais setores de atuação dos compradores, segundo critérios de classificação do Grupo Euler Hermes, para o ramo de crédito doméstico e (ii) por países, para o ramo de crédito à exportação.

Exposição dos limites de crédito em 31 de dezembro de 2024**Crédito doméstico**

(Em milhões de reais)

Setor	31/12/2024		31/12/2023	
	Exposição	Representatividade	Exposição	Representatividade
Varejo	14.615	15%	12.691	15%
Alimentos	13.721	13%	11.318	13%
Químico	12.564	13%	11.482	12%
Serviços	12.561	10%	8.986	12%
Metais	11.007	12%	10.273	11%
Automotivo - Fabricantes	5.326	3%	2.586	5%
Máquina e Equipamentos	4.743	5%	4.645	5%
Energia	4.543	5%	4.314	4%
Construção	4.376	5%	4.178	4%
Comodities	3.356	3%	2.539	3%
Outros (*)	16.994	16%	13.769	16%
	103.806	100%	86.781	100%

(*) Os valores elencados como "Outros", embora sejam representativos quando comparados ao montante total em exposição, possuem um alto grau de pulverização e, assim, se analisados individualmente, não representam mais do que 3% do total do risco subscrito.

Exposição dos limites de crédito em 31 de dezembro de 2024**Crédito à exportação**

(Em milhões de reais)

Região	31/12/2024		31/12/2023	
	Exposição	Representatividade	Exposição	Representatividade
Europa	1.395	14%	1.471	14%
Américas	7.316	71%	7.123	70%
Ásia/Oceânia	937	9%	1.239	12%
Oriente Médio	467	4%	218	2%
África	183	2%	158	2%
	10.298	100%	10.209	100%

As informações sobre exposição dos limites de crédito são definidas e divulgadas mensalmente em relatório específico do Grupo Allianz "*Global Risk Reporting*" (GRR). Cabe acrescentar que, de acordo com as características do produto, ainda restam exposições de riscos com características discricionárias subscritas nas apólices, que podem ser alocadas pelos segurados de acordo com sua conveniência e necessidade operacional, desde que observados os limites determinados nos contratos de seguro e a política de subscrição de risco da Companhia. Para essa parcela, inviabiliza-se qualquer monitoramento com vistas à concentração de riscos tratadas anteriormente. **Seguro Garantia:** o risco do seguro garantia está no tomador da apólice, sendo os principais tipos: (i) aquele que contrata cobertura sobre um risco de incapacidade financeira de performer determinado contrato de serviço ou (ii) uma obrigação decorrente de uma demanda judicial. Para fins de concentração de risco, a Companhia busca alocar sua exposição em ratings de tomadores de alta qualidade, segundo métricas internas de avaliação de riscos. Na data base do levantamento das demonstrações financeiras, a Companhia possuía R\$ 15,8 bilhões (R\$ 15,2 bilhões em dezembro de 2023) em exposição ativa, sendo 74% alocada em ratings classificados como bom ou ótimo (58% em dezembro 2023) e 26% (42% em dezembro 2023) em ratings classificados como medianos. A Administração entende que a concentração de riscos nas resseguradoras Allianz Global Corporate & Speciality Resseguros Brasil S.A. e na Euler Hermes North America Insurance Company é mitigada por tratar-se de contraparte com alta qualidade e solidez, rating de crédito A.M. Best "A+" e S&P "AA". **b) Risco de crédito:** Trata-se da possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do descumprimento, por parte do tomador ou da contraparte, de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Adicionalmente, inclui-se o risco de desvalorização dos recebíveis em função da redução na classificação de risco atribuída ao tomador ou à contraparte/ou seja, refere-se ao risco da contraparte de uma operação financeira desejar não honrar ou sofrer alterações significativas em sua situação patrimonial-financeira que afete a capacidade de cumprir suas obrigações contratuais, podendo gerar algum tipo de perda à Companhia. Na operação de seguro, a exposição ao risco de crédito está atrelada a capacidade de pagamento dos prêmios de seguros por parte dos segurados. Como a Companhia opera somente em ramo de seguro cuja característica é de risco a decorrer, a exposição ao risco de crédito é sensivelmente reduzida, já que a cobertura é fornecida somente mediante pagamento do prêmio de seguro correspondente. Além disso, no processo de subscrição comercial, o proponente é avaliado por meio de pesquisas cadastrais. Devido aos riscos significativos subscritos nas apólices, a Companhia mantém contratos de resseguros que também estão expostos ao risco de crédito. Atualmente, por questões estratégicas, esses contratos são firmados com um único ressegurador local e com um único ressegurador eventual que fazem parte do Grupo Allianz, ressaltando-se que ainda restam exposições vigentes (Sinistros a liquidar) relativos ao *run-off* de contratos assinados anteriormente com outro ressegurador local. Para gerenciamento dos riscos inerentes a operação, leva-se em conta a qualidade de crédito da contraparte, o rating atribuído por agências classificadoras de risco e o histórico de perdas no relacionamento. Ainda em relação ao risco de crédito, a Companhia segue política conservadora de investimentos, buscando alocar seus recursos em ativos de alta qualidade. A totalidade dos investimentos está alocada em títulos da dívida pública federal, cujo risco de crédito tende a zero, ou fundos de investimentos DI, administrados por bancos de primeira linha, onde a composição da carteira atinge aproximadamente 95% em títulos da dívida pública federal. O quadro a seguir demonstra a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia, segregada por classe, na data base do levantamento das demonstrações financeiras:

Composição da carteira:	A.M.Best "A+"	A.M.Best "A-"	S&P "BB-"	Sem rating	Saldos em 31/12/2024
Caixa e bancos	-	-	9.716	-	9.716
Títulos públicos (*)	-	-	100.462	-	100.462
Fundos de investimentos	-	-	-	73.769	73.769
Prêmios a receber de segurados	-	-	-	260.639	260.639
Crédito com seguradoras	-	-	-	1.443	1.443
Crédito com resseguradoras	292.752	-	-	-	292.752
Exposição máxima ao risco de crédito	292.752	-	110.178	335.851	738.781

(*) *Risco soberano do Tesouro Nacional*

Composição da carteira:	A.M.Best "A+"	A.M.Best "A-"	S&P "BB-"	Sem rating	Saldos em 31/12/2023
Caixa e bancos	-	-	13.491	-	13.491
Títulos públicos (*)	-	-	79.519	-	79.519
Fundos de investimentos	-	-	-	97.697	97.697
Prêmios a receber de segurados	-	-	-	239.622	239.622
Crédito com seguradoras	-	-	-	2.380	2.380
Crédito com resseguradoras	261.000	10.879	-	-	271.879
Exposição máxima ao risco de crédito	261.000	10.879	93.010	339.699	704.588

(*) *Risco soberano do Tesouro Nacional*

• Gestão de capital: O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar retorno sobre capital para os acionistas. **• Patrimônio líquido ajustado e adequação de Capital:** Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2021 e atualizações posteriores, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (CR). **c) Risco de mercado:** Possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de flutuações dos mercados financeiros, que causam mudanças na avaliação econômica de ativos e passivos das Companhia. Está associado à possibilidade de perda por oscilações de preços e taxas, em função de descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativas e passivas. As atividades da Companhia são estritamente de curto prazo, em que o passivo está atrelado à variações dos índices de inflação. Os investimentos são atrelados, substancialmente, à variação do depósito interfinanceiro (DI), e portanto, a operação não requer modelos sofisticados de gestão de risco de mercado. **Teste de sensibilidade:** O teste aplicado visa capturar efeitos nos investimentos da Companhia, considerando cenários de flutuações na taxa de juros de mercado. A seguir, apresentam-se os impactos, líquidos de impostos, no patrimônio líquido, fruto do resultado de estresse de juros na carteira de investimentos na ordem de 1 ou 5 pontos percentuais de acréscimo ou diminuição, na data base 31 de dezembro de 2024:

	1pp	5pp
	914	4.569

Impacto no Patrimônio Líquido

d) Risco de liquidez: É definido como a possibilidade de a Companhia não conseguir cumprir, de forma eficiente, suas obrigações financeiras, sejam elas esperadas ou inesperadas, no momento em que se tornarem exigíveis. Esse risco pode ocorrer devido à incapacidade de liquidar seus ativos de maneira tempestiva ou em razão de tal liquidação acarretar perdas significativas e/ou o descumprimento de exigências regulatórias. Compreende ainda, o descasamento de fluxos financeiros ativos e passivos bem como a capacidade financeira do Grupo em adquirir ativos para garantia de suas obrigações. O gerenciamento desse risco é realizado pelo monitoramento dos prazos e exposição dos passivos operacionais e através de estudo de casamento de ativos e passivos realizado, no mínimo, uma vez ao ano. Além disso, a Companhia busca assegurar, por meio da qualidade, o grau de liquidez e retorno dos investimentos, que os ativos estejam disponíveis e façam frente ao fluxo de caixa requerido pelos passivos. No horizonte de curto/médio prazos, a Companhia não apresenta descasamento entre seus fluxos de caixa ativos e passivos para garantir a liquidação tempestiva de suas obrigações. Para o propósito de análise da capacidade da Companhia honrar seus fluxos de caixa passivos, embora os títulos que compõem suas carteiras de investimentos possuem datas de vencimentos superiores a um ano, a totalidade das aplicações financeiras possui liquidez imediata. **e) Risco operacional:** Possibilidade de perdas resultantes de falhas, ineficiência, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, de processos externos, deficiência em contratos, descumprimento de dispositivos legais, práticas comerciais inadequadas e indenização por danos a terceiros ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e a reputação da instituição. Esse risco é gerenciado pela Companhia por meio de políticas, normas e procedimentos, formalmente emitidos e divulgados aos seus associados, que levam em consideração a determinação de práticas esperadas pelo Grupo na condução dos negócios. Além disso, a Companhia utiliza-se da estrutura de auditoria interna e Compliance para avaliar seus processos de controle e sistêmico, visando mitigar riscos de falhas em seu ambiente de negócios. Os procedimentos elencados acima são constantemente monitorados e revisados. **f) Risco legal:** Possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais ou administrativos.

5. APLICAÇÕES**a) Composição das aplicações financeiras:**

Títulos	Taxa de juros contratada	Sem vencimento definido	31/12/2024		31/12/2023		
			Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Valor Custos atualizado	Valor Custos atualizado	
Valor justo por meio do resultado							
Quotas de fundos de investimentos	Variação do CDI	-	-	73.769	73.769	97.697	97.697
Total		73.769	-	73.769	73.769	97.697	97.697
Valor justo por meio de resultado abrangente							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	100% SELIC	-	16.577	84.080	-	100.657	100.357
Redução ao valor recuperável		-	-	(196)	-	(196)	(196)
Total		16.577	83.884	100.461	100.161	79.157	79.519
Total Geral		73.769	16.577	83.884	174.230	173.930	177.216
Circulante		73.769	16.577	-	90.346	90.346	116.265
Não circulante		-	-	83.884	83.584	60.621	60.751

continua



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

continuação														
Líquidos de resseguro:														
	Anterior a 2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
No ano do aviso	9.071	196	1.448	1.447	1.892	1.505	1.118	5.621	3.858	3.816	16.743	18.189	27.539	92.444
Um ano após o aviso	10.004	1.804	4.276	5.585	3.460	3.116	2.739	10.161	6.672	7.541	26.581	32.362	-	114.302
Dois anos após o aviso	10.149	1.901	4.857	6.203	3.558	3.140	2.739	10.232	6.804	7.664	26.893	-	-	84.140
Três anos após o aviso	10.149	1.910	4.860	6.207	3.951	3.140	2.739	10.232	6.823	7.685	-	-	-	57.696
Quatro anos após o aviso	10.149	1.922	4.860	6.214	3.951	3.140	2.739	10.289	7.746	-	-	-	-	51.009
Cinco anos após o aviso	10.149	1.922	4.860	6.215	3.951	3.140	2.739	10.289	-	-	-	-	-	43.265
Seis anos após o aviso	10.149	1.922	4.860	6.215	3.951	3.140	2.947	-	-	-	-	-	-	33.184
Sete anos após o aviso	10.165	1.922	4.860	6.215	3.951	3.140	-	-	-	-	-	-	-	30.254
Oito anos após o aviso	10.169	1.922	4.860	6.215	3.951	-	-	-	-	-	-	-	-	27.118
Nove anos após o aviso	10.169	1.922	4.860	6.215	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23.167
Dez anos após o aviso	10.169	1.922	4.860	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16.952
Onze anos após o aviso	10.169	1.922	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.092
Doze anos ou mais após o aviso	10.295	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.295
Posição em 31/12/2024	10.295	1.922	4.860	6.215	3.951	3.140	2.947	10.289	7.746	7.685	26.893	32.362	27.539	145.846
Pagamentos acumulados														
No ano do aviso	(9.063)	(195)	(1.448)	(1.447)	(1.892)	(1.505)	(1.116)	(5.548)	(3.847)	(3.746)	(16.589)	(16.865)	(16.535)	(79.797)
Um ano após o aviso	(933)	(1.608)	(2.828)	(4.137)	(1.568)	(1.611)	(1.621)	(4.534)	(2.800)	(3.721)	(9.838)	(14.049)	-	(49.248)
Dois anos após o aviso	(144)	(97)	(581)	(618)	(98)	(23)	-	(61)	(129)	(123)	(312)	-	-	(2.186)
Três anos após o aviso	-	-	(3)	(4)	(393)	-	-	-	(18)	(21)	-	-	-	(439)
Quatro anos após o aviso	-	(13)	-	(6)	-	-	-	(57)	-	-	-	-	-	(76)
Cinco anos após o aviso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Seis anos após o aviso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sete anos após o aviso	(17)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(17)
Oito anos após o aviso	(4)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4)
Nove anos após o aviso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos após o aviso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Onze anos após o aviso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doze anos ou mais após o aviso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31/12/2024	(10.162)	(1.913)	(4.860)	(6.214)	(3.951)	(3.140)	(2.737)	(10.199)	(6.793)	(7.610)	(26.739)	(30.913)	(16.535)	(131.766)
Variação cambial incorrida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total PSL em 31/12/2024	133	9	-	1	-	-	210	90	953	75	154	1.449	11.004	14.080

A Companhia possui prazo definido no contrato de seguro para realizar cobranças dos créditos inadimplentes de seus segurados junto aos respectivos devedores, antes que as indenizações sejam processadas. Essas ações iniciam-se imediatamente após o recebimento dos avisos de sinistros e, a medida que se concretizam, geram reduções ao longo dos anos nos valores das estimativas dos sinistros observadas acima.

d) Garantia da provisões técnicas:

	31/12/2024	31/12/2023
Provisões técnicas - Seguros (Nota 12b)	458.811	401.653
Exclusões:		
Ativos de resseguros redutores:		
PPNG (*)	(42.600)	(29.146)
PSL / IBNER	(109.477)	(114.524)
IBNR	(36.850)	(29.831)
PDR	(259)	(127)
Direitos creditórios	(124.815)	(107.155)
Custos de aquisição diferidos	(26.244)	-
Total	(340.245)	(280.783)
Total a ser coberto	118.566	120.870
Ativos garantidores:		
Renda fixa - públicos	100.462	79.519
Quotas de fundos de investimentos	64.761	84.523
Total	165.223	164.042
Suficiência de cobertura	46.657	43.172

(*) Considera os ativos redutores referente a parcela de prêmios de resseguro diferidos, líquidos de montantes pendentes de pagamento à contraparte, vencidos e a vencer. **e) Teste de adequação de passivos (TAP):** O TAP foi realizado para os segmentos de risco de crédito interno, crédito à exportação e garantia, que representam a totalidade da carteira da Companhia, e o seu cálculo foi efetuado bruto de resseguro. O programa de resseguro da Companhia para os ramos de crédito prevê, substancialmente, cessão de 50% para negócios gerados localmente e 95% para programas globais, emitidos na modalidade de quota-parte, e cobertura adicional para riscos severos, na modalidade excesso de danos. O resseguro para o ramo garantia prevê cessões entre 90% e 100% do risco, conforme volume de exposição. No que tange as premissas econômicas utilizadas no cálculo do TAP, os fluxos de sinistros futuros foram trazidos a valor presente pela taxa a termo pré livre de risco definida pela SUSEP (ETTJ). A sinistralidade projetada foi de 67,11% (45,86% em dezembro de 2023) para os ramos de crédito, 19,44% (11,31% em dezembro de 2023) para o ramo de garantia e, conforme última alteração da Circular SUSEP, são baseadas nos últimos cinco anos de experiência. Para refletir as despesas alocadas a sinistros, foi considerado o percentual de 0,05% (0,01% em dezembro de 2023) para os ramos de crédito e 5,29% (5,22% em dezembro de 2023) para os ramos de garantia multiplicado pelo montante de sinistros projetados. O valor presente esperado dos fluxos de caixa relativos a sinistros ocorridos, totalizando R\$ 161.877, foi comparado com as provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL e IBNR, no valor de R\$ 180.174. O valor presente esperado dos fluxos de caixa relativo a despesas alcáveis a sinistros, totalizando R\$ 264, foi comparado com as provisões de despesas relacionadas - PDR, no valor de R\$ 290. O valor presente esperado dos fluxos relativos a sinistros a ocorrer, relativos a apólices vigentes, acrescido das despesas administrativas e outras despesas e receitas, totalizando R\$ 128.831, foi comparado à PPNG, incluindo a PPNG-RVNE, no valor de R\$ 231.569. O resultado do teste de adequação dos passivos, realizado para a data-base de 31 de dezembro de 2024, com base nas premissas descritas acima, demonstrou suficiência das provisões técnicas constituídas naquela mesma data-base, no total de R\$ 18.297 para os sinistros ocorridos, R\$ 26 para despesas relacionadas a sinistros, e de R\$ 102.738 para os sinistros a ocorrer, não indicando a necessidade de constituição de provisão complementar de cobertura (PCC).

13. ARRENDAMENTOS

A Companhia mensurou seus ativos de direito de uso e passivos de arrendamento no exercício corrente aplicando as disposições e os critérios estabelecidos no Pronunciamento CPC 06 (R2). A Companhia identificou apenas um contrato enquadrado como arrendamento, referente ao direito de uso do ativo utilizado para as instalações de seu escritório. O prazo remanescente do contrato é de 27 meses e a taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário utilizada na data da adoção foi de 10,7% a.a., com base na sondagem junto às instituições financeiras e à informações de mercado divulgadas pelo BACEN, para obtenção da taxa de captação de fundos para aquisição de ativo similar ao presente no contrato de arrendamento. A variação é explicada pela renegociação do contrato por mais 3 anos.

a) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial:

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo de direito de uso	1.054	1.728
Outros valores e bens (imóveis de direito de uso)	1.054	1.728
Passivo de arrendamento	969	1.709
Circulante	379	373
Não circulante	590	1.336

b) Saldos reconhecidos na demonstração do resultado:

	31/12/2024	31/12/2023
Demonstração do resultado	607	532
Encargo de depreciação dos ativos de direito de uso	468	453
Despesas com juros	139	79

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Créditos tributários e impostos diferidos:

	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ e CSLL - créditos tributários (*)	463	463
IRPJ e CSLL a compensar	341	341
Crédito de PIS e COFINS	54	54
IRPJ e CSLL Diferidos - ajuste ao valor de mercado	82	27
IRPJ e CSLL - créditos tributários - redução ao valor recuperável	(463)	(463)
Outros créditos tributários e previdenciários	21	13
	498	435

(*) Refere-se a saldo de crédito tributário constituído sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido em períodos anteriores para o qual a administração registrou redução do valor recuperável pelo montante integral constituído, considerando a expectativa de não realização em períodos futuros. A Seguradora possui crédito tributário não registrado no ativo no montante de R\$ 8.533, oriundo de prejuízo fiscal e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido no montante de R\$ 20.922, uma vez que, os estudos de realização desse ativo para períodos futuros estão sendo realizados e deverão ser concluídos no primeiro trimestre de 2025.

b) Impostos e contribuições:

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão de IRPJ	10.235	5.258
(-) Antecipações de IRPJ	(9.505)	(5.258)
Provisão de CSLL	6.221	3.172
(-) Antecipações de CSLL	(5.733)	(3.172)
Provisão de IRPJ s/ serviços exterior	54	-
Total IRPJ e CSLL a recolher	1.272	-
PIS	71	85
COFINS	437	520
Total PIS e COFINS a recolher	508	605
Total Geral	1.780	605

c) Conciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes das adições e exclusões	23.574	16.788
Adições/(exclusões) temporárias:		
Provisão para bônus e participações	1.367	421
Provisão para licença e manutenção de softwares (*)	16.197	570
Reversão de provisão - exclusões	(14.569)	770
Variação cambial	48	410
Outros	936	122
Total adições/(exclusões) temporárias	3.979	2.293
Adições permanentes:		
Despesas com bônus e participações	1.120	760
Entidades de classe, donativos e brindes	361	155
Total adições/(exclusões) permanentes	1.481	915
Base de cálculo	29.034	19.996
Compensação de prejuízos fiscais	(8.710)	-
Base de cálculo após compensação de prejuízos fiscais	20.324	19.996
IRPJ	(2.969)	(3.000)
Imposto de renda - sobre excedente de R\$ 240	(2.008)	(1.975)
CSLL	(3.049)	(3.000)
Total	(8.026)	(7.975)
Taxa efetiva	-39%	-40%

(*) Os valores elencados como "provisão para licença e manutenção de softwares", referem-se, principalmente, às despesas de tecnologia (desenvolvimento; sustentação; manutenção e help desk) prestadas pelas unidades de negócios da França e Bélgica.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) **Capital social:** O capital social é de R\$ 58.445 (R\$ 58.445 em dezembro de 2023), representado por 126.872.645 (126.872.645 em dezembro de 2023) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pelo acionista Euler Hermes Serviços de Gestão de Riscos Ltda. (b) **Reserva legal:** Conforme artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital que, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. O valor calculado da reserva legal para o exercício de 2024 é de R\$ 777. (c) **Dividendos:** Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos a Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações). Os dividendos são refletidos nas demonstrações financeiras quando pagos ou quando sua distribuição é deliberada pelos acionistas.

	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	15.549
(-) Reserva Legal (5%)	(777)
Lucro base para determinação do dividendo	14.772
Dividendo obrigatório (25%)	3.693
Total de dividendos	3.693

(d) **Reserva de lucros a realizar:** Conforme artigo 197 da Lei nº 6.404/1976, no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do estatuto ou do art. 202, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a assembleia-geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. O saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social.

Lucros/(Prejuízos) acumulados

(-) Dividendo obrigatório (25%)

(-) Reserva Legal

Reserva de lucros

(e) **Demonstração do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e capital Mínimo Requerido (CMR):** A Resolução CNSP nº 432/2021, determinou a demonstração do PLA segregado em 3 (três) níveis de qualidade, respeitados os limites regulatórios para utilização de cada nível na cobertura do CMR.

	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio Líquido (+/-)	67.038	55.216

1. Ajustes contábeis:

Despesas antecipadas (-)

Intangível (-)

Patrimônio líquido ajustado (PLA) - Nível 1

2. Ajustes econômicos:

Ajustes associados à variação dos valores econômicos

Patrimônio líquido ajustado (PLA) - Nível 2

3. Ajuste do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3:

Patrimônio líquido ajustado (PLA) - Nível 3

Patrimônio líquido ajustado (PLA) - Total

3. Capital Mínimo Requerido

Capital base - CB (I)

Capital de risco - CR (II)

Capital de risco de subscrição

Capital de risco de crédito

Capital de risco operacional

Capital de risco de mercado

Correlação entre os riscos

Capital mínimo requerido (maior entre I e II)

Suficiência de capital (PLA/CMR)

A referida Resolução, dispõe ainda que as sociedades supervisionadas deverão apresentar mensalmente, PLA igual ou superior ao CMR e, a qualquer tempo, suficiência de cobertura de provisões técnicas. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresenta suficiência do PLA em relação do CMR de 153% (128% em dezembro de 2023).

16. PRINCIPAIS RAMOS DE ATUAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2024 houve um crescimento nos prêmios ganhos de 4% em relação a 31 de dezembro de 2023. O índice de sinistralidade, que considera os sinistros ocorridos em relação aos prêmios ganhos ficou em 55% (119% em dezembro de 2023). Já o índice de comercialização, que considera os custos de aquisição sobre os prêmios ganhos ficou em 13% (11% em dezembro de 2023).

continuação

Resseguros Brasil S.A., empresa do Grupo Allianz e com a Euler Hermes North America Insurance Company na modalidade quota parte, empresas do grupo Allianz. As despesas de salvados e ressarcimentos referem-se, principalmente, à recuperação do adiantamento de resseguro no valor de R\$ 34.299 (R\$ 1.945 em dezembro de 2023), efetuado pela Allianz Global Corporate & Speciality Resseguros Brasil S.A. para pagamento de sinistro de grande porte do agropecuário nacional. A Companhia ainda compartilha infra-estrutura de tecnologia (manutenção e desenvolvimento) e comunicação com as empresas Euler Hermes Tech - França e SA Euler Hermes NV - Bélgica, ambas integrantes do Grupo Euler Hermes, que atribui os custos incorridos de acordo com critérios técnicos acordados. Os seguros patrimoniais, vida em grupo e automóvel são contratados junto à Allianz Seguros S.A. e o plano de saúde coletivo junto à Allianz Saúde S.A. (até setembro de 2023), ambas integrantes do Grupo Allianz. As transações com partes relacionadas estão assim apresentadas:

	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO	358.226	271.879
Ativo circulante	297.224	220.968
Crédito das operações de seguros e resseguros	65.474	10.879
Allianz Global Corporate & Speciality Resseguros Brasil S.A.	65.195	10.879
Allianz Seguros S.A.	279	-
Ativos de resseguro - provisões técnicas	231.750	210.089
Allianz Global Corporate & Speciality Resseguros Brasil S.A.	231.750	210.089
Ativo não circulante	61.002	50.911
Ativos de resseguro - provisões técnicas	61.002	50.911
Allianz Global Corporate & Speciality Resseguros Brasil S.A.	61.002	50.911
PASSIVO	262.360	228.748
Passivo circulante	254.535	222.132
Obrigações a pagar	4.985	1.534
Euler Hermes Group	4.549	1.100
Allianz Seguros S.A.	436	434
Operações com resseguradoras	249.550	220.598

Diretor Presidente	DIRETORIA	RESPONSÁVEIS TÉCNICOS
Marcel Santos Farbelow	Alexandre Coli Felipe Tanus Miguel José	Renato Goulart da Costa Contador - CRC RJ-080827/O
	Luciano Antonio Mendonça Tatiana Pinheiro	André Correia Atuário - MIBA 1141

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Sr. Diretor Presidente e Srs. Acionistas,
O Comitê de Auditoria ("Comitê") da **Euler Hermes Seguros S.A.** ("Companhia"), instituído nos termos do art. 126 da Resolução nº 432/2021 do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, atua em conformidade com o estatuto social da Companhia, e com o seu regimento interno aprovado pela Administração. Compete ao Comitê apoiar a Administração da Companhia em suas atribuições de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e da auditoria interna, e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de gestão de riscos.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, é da Administração da Companhia. Também é de sua responsabilidade, o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações, e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e de *compliance*.

A auditoria contábil independente, a cargo da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação às normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo

Conselho Federal de Contabilidade (CFC), bem como em relação às normas internacionais.

A auditoria interna tem a responsabilidade pela avaliação da eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos, e dos processos que asseguram a aderência às normas e aos procedimentos estabelecidos pela Administração, e às normas legais e regulamentos aplicáveis às atividades da Companhia. O Comitê atua, principalmente, por meio da realização de reuniões periódicas e/ou extraordinárias, nas quais conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidos, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações e documentos recebidos da Administração, dos gestores das áreas de contabilidade e de finanças, dos atuários terceirizados, dos auditores contábeis e dos auditores atuariais independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, de controles internos e de *compliance*, dentre outras áreas; e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. O Comitê estabeleceu com os auditores contábeis e atuariais independentes, e com os auditores internos, um canal regular de comunicação tendo tomado ciência do plano anual de trabalho, dos trabalhos realizados e dos seus resultados, e avaliou a aderência dos referidos auditores às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades devem ser exercidas.

O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os auditores contábeis independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas. O Comitê manteve reuniões com o Diretor Presidente, e outros membros da diretoria executiva e, nessas reuniões, tomou conhecimento dos principais fluxos operacionais, revisões de *compliance* e de gestão de riscos, alinhados ao plano estratégico da Companhia.

O Comitê não teve conhecimento de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou evidência de fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Companhia ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

Consideradas as suas responsabilidades e as limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, na forma descrita acima, o Comitê considera que as demonstrações financeiras da Companhia correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, devidamente auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, estão em condições de serem aprovadas pela Administração da Companhia.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2025.
Ieda Cristina Corrêa Bhering da Silva
João Antônio Chiappa
Luiz Pereira de Souza

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
Euler Hermes Seguros S.A.
São Paulo - SP

Escopo da auditoria

Examinamos as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Euler Hermes Seguros S.A. ("Companhia"), e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia, em 31 de dezembro de 2024, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros e dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, e pelo demonstrativo dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores atuariais independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes nem para apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Euler Hermes Seguros S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Euler Hermes Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Euler Hermes Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração das Provisões Técnicas de seguros (Notas 3(h) e 12) A Seguradora possui registrados passivos relacionados a contratos de seguros, dos ramos de crédito e garantia, denominados Provisões Técnicas, com destaque para a Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG), que inclui a Provisão de Prêmios Não Ganhos dos riscos vigentes mas não emitidos (PPNG-RVNE), Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR), Provisão para Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (IBNeR), bem como efetua testes para avaliar a suficiência desses passivos, através do Teste de Adequação de Passivos (TAP). O processo de determinação das metodologias utilizadas no cálculo das provisões técnicas, bem como a mensuração dessas provisões e do TAP, envolve julgamento, além do envolvimento de atuários na determinação dessas metodologias e premissas, que incluem, entre outras, construção de triângulos de desenvolvimento dos prêmios emitidos e sinistros incorridos e taxa de desconto. Devido à relevância das provisões técnicas oriundas dos contratos de seguros e o impacto que eventuais mudanças nas premissas consideradas na mensuração dessas provisões e do TAP poderia causar nas demonstrações financeiras, mantemos essa uma área de foco em nossa auditoria.	Realizamos a atualização do entendimento dos controles internos relevantes relacionados à mensuração e registro contábil das provisões técnicas pela administração. Com o apoio de nossos especialistas atuariais, efetuamos avaliação da razoabilidade das metodologias e premissas utilizadas pela administração na mensuração dessas provisões técnicas e do TAP, tais como os fatores de desenvolvimento de prêmios emitidos e sinistros incorridos e taxa de desconto. Nossos procedimentos incluíram também o recálculo e a confirmação de que as metodologias foram corretamente implementadas, de acordo com as notas técnicas atuariais vigentes, pela Seguradora para o TAP e para as provisões de PPNG-RVNE, IBNR e IBNeR. Adicionalmente, efetuamos testes de reconciliação das bases de dados dos prêmios emitidos e sinistros avisados, utilizadas no cálculo das provisões técnicas, com os respectivos saldos contábeis, bem como efetuamos testes de consistência históricos. Ainda, quanto às bases de dados citadas anteriormente, efetuamos testes amostrais, da acuracidade das informações dos campos críticos constantes nas bases de dados, utilizados na mensuração dessas provisões técnicas. Consideramos que as metodologias e premissas adotadas pela administração para a mensuração das provisões técnicas são apropriadas e consistentes com a divulgação em notas explicativas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração

Allianz Global Corporate & Speciality Resseguros Brasil S.A.
Euler Hermes North America Insurance Company

Passivo não circulante**Obrigações a pagar**

Allianz Seguros S.A.

Operações com resseguradoras

Allianz Global Corporate & Speciality Resseguros Brasil S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO**Resultado****Receita com resseguro**

Allianz Global Corporate & Speciality Resseguros Brasil S.A.
Euler Hermes North America Insurance Company

Despesa com resseguro

Allianz Global Corporate & Speciality Resseguros Brasil S.A.
Euler Hermes North America Insurance Company

Salvados e Ressarcimentos

Allianz Global Corporate & Speciality Resseguros Brasil S.A. (*)

Despesas administrativas

Euler Hermes Group
Allianz Global Corporate & Speciality Resseguros Brasil S.A.
Allianz Seguros
Allianz Saúde

(*) O comportamento das respectivas rubricas referem-se, principalmente, ao ressarcimento à resseguradora, do adiantamento de resseguro (*cash call*) oriundos da ocorrência de sinistro de grande porte do varejo nacional no ano de 2023 e que foram ressarcidos em março de 2024.

31/12/2024	31/12/2023
270.332	219.758
(20.781)	840
7.825	6.616
590	1.336
590	1.336
7.235	5.280
7.235	5.280
31/12/2024	31/12/2023
(80.755)	15.783
136.340	182.044
131.997	182.046
4.343	(2)
(167.038)	(157.082)
(162.924)	(149.874)
4.114	(7.208)
(34.299)	(1.945)
(34.299)	(1.945)
(15.758)	(7.234)
(15.786)	(5.611)
(94)	(279)
122	(23)
-	(1.321)

avaliação dos riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e a elaboração das provisões técnicas, dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia, anteriormente referidas, em 31 de dezembro de 2024, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades anteriormente descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Anexo**Demonstrativos do Parecer dos Auditores Atuariais Independentes**

1. Demonstrativo dos limites de retenção

0748, 0749, 0775, 0776, 0819, 0860

31/12/2024

4.112

31/12/2023

3.428

São Paulo, 28 de fevereiro de 2025

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Consultores Ltda.

CNPJ: 02.189.924/0001-03

CIBA 45

Felipe Fieri Amado

MIBA 2.385

das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2025



pwc

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP000160/O-5

Ricardo Barth de Freitas

Contador CRC 1SP235228/O-5



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.

Sua autenticidade pode ser conferida no

QR Code ao lado ou pelo site:

<https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>